
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 59ª REUNIÃO**

Data: 20 e 21 de setembro de 2007

Local: Auditório da SRHU, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério das Cidades: ausência
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluiz.almeida@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre A. de Castro (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Andréa Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Célia Maria Brandão Fróes (celia.froes@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: ausência
- Conselhos Estaduais - RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins.a@gmail.com)
- Conselhos Estaduais - PI/SE: ausência
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: ausência
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: ausência
- Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Renato Crivelenti (bpg@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Carlos Benedito Marcondes Cabral (iap1@terra.com.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Agustin Trigo (ANA) – agustin.trigo@ana.gov.br
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Marcelo Garcia Miranda Diniz (IEMA / ES) - mdiniz@iema.es.gov.br
- Tereza Chistina Pereira Castro – Conselheira (ONGs) – tcspcastro@yahoo.com.br
- Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h07 do dia 20 de setembro do ano de dois mil e sete, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 59ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente agradeceu a presença de

49 todos. Sugeriu inversão de pauta, o que foi acatado por todos. [Item 4 – Apreciação – Ofício nº](#)
50 [19/2007/CTCOST/CNRH – GT “Integração de Outorga e Licenciamento em Zona Costeira.](#)
51 A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** informou sobre o convite feito pela CTCOST para que um
52 membro da CTPOAR fizesse uma apresentação sobre as especificidades da Resolução CNRH
53 nº 65, de 2006 e sua aplicabilidade na zona costeira, que foi realizada pela Sr. Leonardo
54 Mitre, na época, relator do grupo de trabalho. Para encaminhamento da matéria solicitou que
55 o Sr. Leonardo fizesse um relato sobre a apresentação. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** disse
56 que apresentou o texto da resolução, ressaltando que seria uma deliberação onde constariam
57 os tempos e movimentos para a articulação entre recursos hídricos e meio ambiente, a partir
58 dos instrumentos de gestão, outorga de direito de uso de recursos hídricos e licenciamento
59 ambiental e esta não seria restritiva, apresentando diretrizes gerais, cabendo sua aplicação em
60 qualquer localidade. Disse ter ressaltado que a resolução em questão tratava de articulação de
61 procedimentos gerais dos dois sistemas e que não caberia modificações em seu texto e sim
62 uma proposta contendo diretrizes complementares, devido as peculiaridades da gestão da zona
63 costeira, conforme teriam elaborado proposta para o instrumento Plano de Recursos Hídricos.
64 Informou que fariam reunião, a qual foi convidado, para refletir sobre o que efetivamente
65 seriam diretrizes complementares, observando as particularidades técnicas das licenças e
66 outorgas para a região costeira. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** disse que estaria
67 parecendo que o GT teria sido criado para elaboração de diretrizes de outorga de direito de
68 uso de recursos hídricos, não sendo esta atribuição da CTCOST. Comentou não haver
69 problemas quantitativos e sim qualitativos nesta zona para as outorgas, devendo assim ser
70 examinada a viabilidade técnica operacional dessas emissões e cálculos de outorga, mas não
71 cabendo no memento esse instrumento (outorga) para as águas do mar, pois o instrumento
72 licenciamento já compreenderia essas ações nessa região. Citou que o problema estaria em
73 definir o mar territorial, assim podendo ser apontadas as dominialidades. A **Sra. Leila Gomes**
74 **(CERH/SP)** comentou sobre a interferência da autoridade outorgante estadual nessa área
75 territorial da União e assim ponderou sobre a forma de gestão, diante da necessidade de
76 outorgar, as ~~das~~ várias obras e interferências existentes, devendo ser especialmente observada
77 a parte técnica e legal. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** ponderou sobre a existência da
78 CTCOST, não sendo este assunto, outorga, pertinente a Câmara citada e sim a CTPOAR e por
79 isto estaria havendo duplicidade de esforços. Assim estaria se manifestando diante do custo de
80 transação, evitando o que ocorre no CONAMA com baixos resultados em suas reuniões.
81 Comentou sobre as competências da CTCOST e da CTPOAR. Disse ainda que as ações dos
82 gestores estaduais e federal de recursos hídricos na região costeira não teriam amparo legal
83 devendo ser remetida a situação ao Congresso Nacional, apesar da boa vontade que os órgãos
84 gestores apresentam. Sugeriu que fosse solicitada modificação no objetivo e nome do GT,
85 passando a ser Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos na Zona Costeira, assim
86 evitando essa discussão que existirá para todos os instrumentos da gestão nas várias Câmaras.
87 mencionou aspectos quanto a necessidade de existência da CTCOST, justificou tal colocação
88 lembrando a todos quando da criação da CTCOST, a publicação do Decreto nº 5.300/2004,
89 Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de
90 Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e
91 estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências, onde estaria nítida
92 que a competência para a gestão dessa área seria do IBAMA, sem envolvimento da ANA,
93 revelando que licenciamento não trataria da gestão das águas. Concluiu dizendo que este não
94 seria um assunto simples, que remeteria a atualização e modificações normativas. O **Sr. Luiz**
95 **Henrique (CERH/BA)** disse que era clara a sobreposição de competências entre as Câmaras.
96 Contudo as CTs deveriam analisar o problema que estaria realmente no dia a dia dos órgãos
97 gestores onde estariam acontecendo inúmeras demandas de projetos de carcinicultura nessa
98 região estuariana, mas que persistiria a dúvida quanto a gestão e outorga desses projetos.

Disse esperar que essas dúvidas acelerassem o posicionamento do CNRH quanto ao fato. Ainda ressaltou os casos de lançamentos de efluentes e que haveriam investidores planejando essas obras, sendo uma situação que afetaria diretamente os órgãos gestores estaduais, mas que seria de grande responsabilidade, podendo esta ser dividida com a União. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** disse que em seu estado a confusão seria a mesma, ou seja, a não existência de legislação. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** falou que a questão seria técnica e legal e ponderou sobre a vazão de referência/ecológica nessa região, valor importante para o balanço hídrico da bacia e ainda comentou sobre as outorgas em zona costeira e pré-costeira. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** falou que o assunto, devido ao Decreto citado, seria de competência do IBAMA, e que este não executaria os procedimentos de cálculos de vazão a ser mantida na zona de transição, necessitando do envolvimento da autoridade outorgante que possui o conhecimento e dados para tal ação, que não ocorre. A **Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** ressaltou a importância da existência da CTCOST, tendo em uma de suas razões o intuito de dirimir as dúvidas aqui apresentadas e para tanto teria sido formando o GT denominado Base Territorial que já estaria levantando e analisando a situação de dominialidade na zona costeira. Ressaltou um dos comentários que a sucedeu quanto a integração com os instrumentos de gestão, sendo esta uma das competências da CTCOST, para tanto estaria trabalhando numa linha de integração, buscando assim a CTPOAR. E ainda disse que o equívoco, ou insuficiência estaria na Resolução CNRH nº 65, de 2006, em não indicar a zona costeira em seu texto, precisando ser assim alterada e mais detalhada. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** reforçou que o papel das CTs, mas que estas deveriam seguir o fluxo das discussões. O **Sr. Carlos Martins (CERH/RN)** sugeriu que a CTCOST levantasse os tipos de relatórios e documentos necessários para os estudos referentes a critérios técnicos para outorga nessas áreas. O **Sr. Luiz Henrique (CERH/BA)** ponderou sobre a necessidade de se reunir toda a legislação aplicada para essa zona, sendo esse o balizador para início das discussões do assunto, assim tendo um entendimento legal sobre o tema. Aproveitou para comentar sobre o PAC e os procedimentos diferenciados que estariam adotando para a zona costeira no que tange a outorga de efluentes. Disse que deveria haver um nivelamento de conhecimento desses procedimentos nessas áreas. Encaminhando a matéria, a **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** comentou sobre a necessidade de levantamento de recomendações técnicas, para alcançar assim uma proposta de resolução mais específica, pois as diretrizes gerais para Outorga já estariam apresentadas nas Resoluções CNRH nºs 16 e 65, para tanto necessitando de estudos e diagnóstico do problema, para posteriormente ser elaborada a proposta de resolução. Sugeriram então o redirecionamento do objetivo do tema do grupo de trabalho da CTCOST. Assim acordaram pelo encaminhamento de resposta via ofício apoiando a criação do GT “Integração de Outorga e Licenciamento Ambiental”, estimulando que esse tenha como objetivo os estudos necessários, para o levantamento de procedimentos e diretrizes específicas, para outorga de direito de uso de recursos hídricos em áreas costeiras, considerando as lacunas normativas e técnicas existentes, sugerindo que após a conclusão dos estudos e elaboração de proposta pelo GT, fosse realizada reunião conjunta das duas Câmaras, visando a discussão de encaminhamento do assunto e a posterior elaboração de Resolução, em consonância com a Resolução CNRH nº 16. [Item 3 - Análise técnica da Resolução ANA nº 399/2004, encaminhada pela CTIL.](#) O **Sr. Carlos Martin (CERH/RN)** apresentou as dúvidas do Estado do RN quanto a aplicação da metodologia sugerida, que estariam concentradas na outorga para carcinicultura. Também questionou como seria o caso para aluviões de rios, que no Estado do RN podem possuir até 30 km de largura e nesta extensão de quem seria a dominialidade, estando no impasse, devido as águas subterrâneas serem de dominialidade estadual e as águas superficiais serem de dominialidade federal, no referido caso, além da correlação existente entre essas, necessitando de um marco regulatório. Ainda ponderou sobre a dominialidade das lagoas marginais. Questionou como a ANA estaria apresentando os rios

principais de sub-bacias quando abaixo de 2ª ordem, bem como as suas dominialidades e informou que outorgas nesses casos estariam sendo emitidas e estas poderiam não ter validade, conforme a dominialidade. Disse que estariam elaborando documento a ser encaminhado a ANA para discussão dos temas colocados. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** comentou que para o caso dos aluviões deveria ser respeitado o fluxo de água para a análise da dominialidade. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** acenou sobre a necessidade de ser respeitada a geologia local, sendo esta uma questão técnica, devendo serem pactuadas as vazões, a serem outorgadas. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** comentou que no arcabouço legal não estaria citada a gênese da água e sim o local, havendo regras para identificar tais rios, sendo esse o papel da Resolução, mas que a regra básica seria a descentralização e quando em caso de dúvida, a União deveria repassar para o Estado. O **Sr. Agustin Trigo (ANA)** disse na necessidade de ser fazer um estreitamento para a análise do tema, tendo sido iniciado aqui na CTPOAR e mais uma vez colocou-se a disposição, bem como a equipe, para esclarecimentos. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** mencionou que a CTPOAR deveria elaborar uma proposta de resolução apresentando mecanismos e critérios interiorizando tais mecanismos colocados da Resolução ANA nº 399, de 2004, além de artigos referentes a flexibilização para o caso de dúvidas quanto a dominialidade. O **Sr. Luiz Henrique (CERH/BA)** disse apoiar a possibilidade de descentralização e pactuação, visando até a continuidade dos comitês. Quanto a aplicação da metodologia, acenou que para o Estado da BA não haveria problemas, diante da análise já elaborada pela equipe da SRH, e para os casos conflitantes a pactuação seria a ferramenta adequada. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** avisou que só se delegaria o que fosse de sua competência e que para a pactuação seria imprescindível a flexibilização para a delegação dessa competência. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** informou que levou a proposta para os técnicos do DAEE analisarem a metodologia e sua aplicação que estes não encontraram situações que causassem problemas, excetuando o caso do rio Atibaia, mas que ressaltaram a importância de se respeitar o nome do rio e que haveria necessidade de se melhor definir as situações em zona costeira, e em reservatórios. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** lembrou da necessidade de adequação da linguagem para não ferir as dominialidades existentes. O **Sr. Carlos Cabral (ONGs)** também comentou sobre a linguagem e a necessidade de sua adequação para um melhor entendimento e sensibilização por parte dos comitês. O intervalo de almoço ocorreu das 12h30 às 14h31, quando a reunião foi reiniciada com a apresentação do **Sr. Marcelo Diniz, do IEMA**, quanto a aplicação da metodologia, que expôs as dúvidas quanto a definição da calha principal, no caso da bacia do rio São Mateus (rio Lajoeiro), que pela metodologia o estado passaria a ter a dominialidade desse rio (hoje da União) e do rio Itaunas, havendo mudança nessa dominialidade também. Concluiu dizendo que o Estado não seria prejudicado com a metodologia, mas haveriam casos para serem pactuados. Finalizada as apresentações dos estados, iniciou-se a análise do texto da Resolução ANA nº 399, de 2004, com o intuito de adaptá-lo para uma proposta do CNRH, assim começaram pela ementa, onde lembraram que não estariam tratando diretamente de dominialidade, não cabendo tal situação legal a CTPOAR, e sim estariam criando regras para aplicação dos instrumentos, a partir da dominialidade da bacia. Acordaram que no texto estariam, sempre que aplicável, adotando a expressão curso principal para sempre resgatar a dominialidade em questão. Verificaram que somente a partir do art. 5º haveria pertinência direta com o tema, sendo os artigos anteriores dedicados a aspectos constitucionais. Para auxiliar na elaboração do texto, também analisaram o texto da Portaria DNAEE nº 707, de 1994, deixando em destaque os itens que não deveriam ser esquecidos. Tiveram dúvidas quanto a utilização do termo Cartografia Sistemática Terrestre Básica, ficando para consulta e decisão na próxima reunião. Ainda lembraram que a fiscalização não poderia ser delegada, conforme a execução de outros instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. [Item 6 – Assuntos Gerais e Encerramento](#). A **Sra. Raquel**

199 **Scalia (SRHU/MMA)** informou sobre a XVIII Reunião Ordinária do CNRH, a ser realizada
200 no dia 16 de outubro, onde constaria em sua pauta a apreciação da proposta de resolução
201 “estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de
202 águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários”, resultado
203 do trabalho desenvolvido por essa CT e pela CTAS. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)**
204 comentou sobre um assunto que estaria em apreciação na CTAP, referente a outorga de
205 concessão da AHE de Estreito, mas que em sua opinião esse assunto deveria estar sendo
206 tratado na CTPOAR, ou pelo menos que essa CT fosse informada sobre o assunto.
207 Considerando este assunto, a **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** comentou sobre o alto custo
208 de transação quando da discussão inócua ou sobreposta de alguns temas que não alcançariam
209 efeito legal. Alertou sobre o assunto ficar refém de uma CT. Então a **Sra. Andréa Figueiredo**
210 **(MME)** disse que na ausência de comitê de bacia as CTs seriam os fóruns adequados para
211 discussão do assunto. Considerando a necessidade de discussão do tema vazão ecológica em
212 conjunto com a CTAP, acordaram que este seria discutido na reunião de novembro, junto ao
213 evento da ABRH, assim definiram que a reunião da CTPOAR seria agendada para o dia 29 de
214 novembro, sendo um período dedicado para reunião conjunta. Para o mês de outubro
215 acordaram por reunião de um único dia, a ser realizada em 31 de outubro. A **Sra. Patrícia**
216 **Boson (Indústrias)** então comentou sobre o e-mail encaminhado por ela, o qual solicitou que
217 fosse disponibilizado para os membros da CTPOAR, onde continha resposta ao Conselheiro
218 João Clímaco, quanto ao seu comentário sobre a revisão da Resolução CNRH nº 12, exposto
219 na lista de discussão da ABRH. Assim fez a leitura de sua resposta e ressaltou a expressão o
220 uso econômico da água, presente na Resolução e a confusão do objeto feita pelo Conselheiro
221 João Clímaco. Disse ainda que achou desrespeitoso os comentários por ele feitos, com o
222 grupo que tanto vem trabalhando para a consolidação do documento, de uma forma rica.
223 Informou que respondeu como usuário de recursos hídricos, no caso representante das
224 Indústrias e que também seria representante da sociedade, e que não concordava que a
225 sociedade civil achasse que essa discussão fosse um golpe, e caso contrário houvessem
226 manifestações diretas na CTPOAR. Assim questionou ao representante da sociedade civil,
227 qual seria o artigo da proposta de resolução que revelaria a privatização da água, sendo este o
228 golpe citado pelo Conselheiro. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** questionou o porque do
229 representante da sociedade civil não ter se manifestado durante as reuniões, se esteve presente
230 nestas e apontou que a forma colocada pelo Conselheiro fora até agressiva. Disse para o grupo
231 que não acreditava que a CTPOAR devesse se manifestar em forma de resposta ao
232 Conselheiro, pois a resposta, no seu entendimento, estaria na boa qualidade das resoluções
233 elaboradas no âmbito dessa CT. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** e o **Sr. Leonardo Mitre**
234 **(ANA)** ponderaram sobre a forma de interpretação que estaria sendo repassada para a
235 sociedade civil por seu representante, e ressaltaram a importância dos membros de CTs
236 praticarem a representatividade. O **Sr. Carlos Cabral (ONGs)** disse acompanhar a evolução
237 dos trabalhos desenvolvidos; que levava a discussão aos seus pares e que lamentava a forma
238 com que a sociedade civil se colocou e que desconhecia o porque dessa forma de
239 manifestação, acreditando não ser esse o caminho para alcançar as boas soluções, devendo
240 sim ser apresentadas contribuições efetivas e objetivas. Disse ainda que as discussões que a
241 sociedade civil estaria realizando poderiam ser poucas, sendo assim reduzidas as
242 contribuições, mas que era visível o espaço para a manifestação junto as CTs, e que o respeito
243 a esse espaço passaria por uma situação de educação. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)**
244 comentou sobre a diferença de participação entre os representantes da sociedade civil, sendo
245 sempre muito produtiva a participação do Sr. Cabral. O **Sr. Carlos Cabral (ONGs)** disse não
246 achar que deveria ser levado em conta o ocorrido, mas que no texto das próximas resoluções
247 houvesse uma adequação de linguagem para facilitar o entendimento das questões. A **Sra.**
248 **Teresa Lana (Concessionárias)** considerando o exercício da representatividade informou

que estaria aguardando a conclusão dos trabalhos do GT, tendo assim a proposta uma forma mais consolidada, para posterior discussão com seus pares, trazendo contribuições na reunião da CTPOAR. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** disse que diante dessa manifestação equivocada quanto a privatização, acreditava ser necessária uma resposta. O **Sr. Carlos Cabral (ONG)** comentou sobre as varias visões e posturas existentes entre os representantes da sociedade civil e que para isso ser evitado necessitaria de uma adequação de linguagem. Informou que estaria tentando trabalhar todos os temas do CNRH nas CTs dos comitês de bacias e que estaríamos vivendo um triste momento histórico, onde não teria como mudar, pois os corpos d'água estariam mudando seus comportamento. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** ratificou não merecer uma resposta formal, e que esperaria o encaminhamento das dúvidas para este fórum que seria a CTPOAR, bem como as sugestões desse segmento para o aprimoramento e correção do texto da proposta de resolução, de um dos instrumentos de gestão mais difícil de ser implantado, o enquadramento. A 59ª Reunião da CTPOAR foi então encerrada às 17h23, oportunidade que foi reiterado o horário de início da 7ª Reunião do GT revisão da Resolução CNRH nº 12, para às 9h do dia 21/09. [Item 5 – 7ª Reunião do GT revisão da resolução CNRH nº 12.](#) A reunião foi iniciada às 9h26 quando foi lembrado o objetivo dessa reunião que seria de repassar todo o texto da proposta de resolução, pois a análise específica de cada artigo fora concluída na última reunião, mas que no caso de dúvida essas seriam redimidas com o intuito de alcançar uma única redação referente ao artigo e não havendo consenso iriam ser encaminhadas as propostas para análise da CTPOAR. Ponderam sobre o uso da expressão usos preponderantes que poderia ser interpretado tanto para vazão quanto para nº de usuários e assim questionaram se deveria ser definida ou não. Lembraram que na Resolução CONAMA nº 357, de 2005 adotou-se a expressão conjunto de usos preponderantes, respeitando assim a filosofia de usos múltiplos. Durante a discussão acordaram que este tema deveria estar no diagnóstico e o critério para sua definição seria do comitê. Ainda lembraram da necessidade de quando da definição dos usos preponderantes considerarem a preservação da comunidade aquática e os potenciais hidrelétricos existentes podendo estes estarem no planejamento de governo. De um modo geral consensaram que iriam evitar os temas subjetivos, devido às ações públicas. As discussões também se concentraram na situação de revisão de metas, devendo ser definido o quando, o como, o porquê, quem decidiria o momento e quem seria o responsável quando da inexistência do comitê, a saber que o órgão gestor não substitui o comitê. Em seguida trataram da necessidade ou não de definição da vazão de referência, visando o enquadramento. Concluíram a apreciação de todo o texto da proposta de resolução, mas apresentando como pendências a definição da alteração do enquadramento, as ações de controle ambiental, a definição de classe correspondente, o acompanhamento do processo de enquadramento por parte do comitê de bacia e a adequação do enquadramento com base na legislação atual, as serem solucionadas em mais uma reunião do GT para em seguida ser encaminhado para a CTPOAR. A reunião foi encerrada às 17h.

Ata aprovada na XXª reunião, realizada em XX de XXXXXXXXXXXX de 2007.

Leila Carvalho Gomes
Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR